



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Sabino Desembargador Ricardo Paes Barreto

168 32
Recurso de agravo nº 159340-2/02 - Comarca de Jaboatão dos Guararapes
Agravante: Município de Jaboatão dos Guararapes.
Agravado: Pleno Consultoria e Serviços Ltda.

5x24
EMENTA: TRIBUTÁRIO. ISS. BASE DE CÁLCULO. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA. RECURSO DE AGRAVO À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. A empresa de trabalho temporário atua como mera agenciadora de mão de obra, autorizada por lei a fornecer mão-de-obra aos tomadores de serviços, desde que presentes as situações previstas no art. 2º da Lei nº 6.019/74. 2. Hipótese que se amolda ao caso em tela. 3. O ISS deve ser recolhido sobre a taxa de de agenciamento, que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e receita, excluídas as importâncias voltadas para o pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores. 4. Integrativo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de agravo nº 159340-2/02, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada nesta data e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 20 de maio de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator

169 33



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

Recurso de agravo nº 159340-2/02 - Comarca de Jaboatão dos Guararapes
Agravante: Município de Jaboatão dos Guararapes.
Agravado: Pleno Consultoria e Serviços Ltda.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo em face de decisão que assegurou à empresa agravada que o recolhimento do crédito tributário referente ao ISS incida apenas sobre a taxa de agenciamento, haja vista que a mesma, aparentemente, mantém a condição de mera agenciadora de mão-de-obra.

Alega que não há comprovação de que a empresa agravada atue como mera agenciadora de mão de obra, assim como, que a mesma não trouxe aos autos documentos que demonstrem qualquer potencialidade de lesão aos seus direitos, apta a corroborar o *mandamus* preventivo.

Aduz ainda a legalidade das bases de cálculo do ISS sobre agenciamento e fornecimento de mão de obra pela edilidade agravante.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do agravo de instrumento em apenso, com o seu regular processamento a fim de que seja reformada a decisão agravada.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de agravo de instrumento, pugnando pela atribuição de efeito substitutivo ativo, em face de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança, feito tombado sob o nº 222.2007.2137-4, que deferiu o pedido liminar, no sentido de determinar que a municipalidade passe a cobrar do ora agravado o ISS tão somente pelo valor da taxa de agenciamento cobrada pela prestação de serviço. Em suas razões, de fls. 02/22, o agravante afirma que ISS deve incidir sobre o preço total do serviço, haja vista que a empresa agravada tem como objeto social o agenciamento de mão de obra temporária, nos termos da Lei Complementar nº 116/2003. Pugna pela atribuição de efeito substitutivo ativo ao presente recurso, e no mérito requer o seu provimento a fim de reformar em definitivo à decisão impugnada. Acosta documentos de fls. 23/179. Feito o sucinto relato, decido incidentalmente. Em juízo de admissibilidade do recurso, observo que o presente agravo atende às disposições dos arts. 522 e 525, ambos do CPC, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei. É de grande valia mencionar que a empresa agenciadora de mão de obra temporária atua como intermediária entre a tomadora de serviço e o terceiro, trabalhador que é colocado no mercado laboral. No caso em comento, verifico que a empresa ora agravada desenvolve atividade de agenciamento de mão de obra temporária, nos moldes da Lei nº

170 34

6.019/74, razão pela qual o ISS deve incidir, tão somente, sobre a taxa de agenciamento, que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e sua receita, excluídas as importâncias voltadas para o pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores. Neste sentido a jurisprudência do STJ e do TJPE, senão vejamos: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIÇÃO. SÚMULA Nº 07/STJ. I - O recorrente não cuidou de demonstrar a divergência jurisprudencial de acordo com o ditame do art. 255 e parágrafos do RI/STJ, deixando de mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não fazendo uma comparação entre a tese desenvolvida no acórdão recorrido e os fundamentos dos julgados paradigmas. II - "A empresa que agencia mão-de-obra temporária age como intermediária entre o contratante da mão-de-obra e o terceiro que é colocado no mercado de trabalho. A intermediação implica o preço do serviço que é a comissão, base de cálculo do fato gerador consistente nessas "intermediações". O implemento do tributo em face da remuneração efetivamente percebida conspira em prol dos princípios da legalidade, justiça tributária e capacidade contributiva. O ISS incide, apenas, sobre a taxa de agenciamento, que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e sua receita, excluídas as importâncias voltadas para o pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores. Distinção de valores pertencentes a terceiros (os empregados) e despesas, que pressupõem o reembolso. Distinção necessária entre receita e entrada para fins financeiro-tributários. Precedentes do E STJ acerca da distinção. (...)" (REsp nº 411.580/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 16/12/02) III - No mesmo sentido, o entendimento firmado no voto-vista proferido no julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 227.293/RJ e no REsp nº 712.914/PR. IV - A reapreciação dos critérios adotados a título de honorários advocatícios atrai a incidência da súmula nº 07 desta Corte de Justiça, não sendo cabível o recurso especial, neste ponto, porquanto importa em investigação do contexto fático-probatório. V- Recurso especial conhecido parcialmente e, neste ponto, Improvido (STJ, REsp 787353/MG, T1, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 06/03/2006). TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ISS. EMPRESA DE PROPAGANDA AGENCIADORA DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA. DESPESAS DEVIDAS COM TERCEIROS. EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO. VALOR DA CAUSA. CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. 1. Empresa de propaganda que agencia mão-de-obra temporária age como intermediária entre o contratante e o terceiro que é colocado no mercado de trabalho. 2. O ISS incide, tão somente, sobre a taxa de agenciamento, que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e sua receita, excluídas as importâncias voltadas para o pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores. 3. Precedente do STJ. 4. O valor da causa deve ser fixado de acordo com o conteúdo econômico a ser obtido do feito. 5. Diversos precedentes do STJ. 4. À unanimidade, foi dado provimento parcial ao agravo de instrumento (TJPE, AI 120916-1, 8CC, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJ 14/12/2006). Feitas estas considerações, por não vislumbrar a presença dos requisitos legais elencados no art. 558, do CPC, indefiro a suspensividade excepcional e, com fulcro no art. 522, II, do CPC, com nova redação dada pela Lei nº 11.187/05, vigente a partir do dia 18 de janeiro do corrente ano, converto o presente recurso de agravo de instrumento em agravo retido, mantido o prequestionamento oportuno. Publique-se e intimem-se, com baixa dos autos ao Juízo monocrático competente. Recife, 3 de outubro de 2007. Des. Ricardo Paes Barreto. Relator. Alega que a decisão aclarada é contraditória, haja vista que, de maneira diversa da relatada, a edilidade embargante afirmou em suas razões recursais, fls. 17, que no caso de se tratar de empresa agenciadora de mão de obra, item 14.04 da LC nº 106/2003, o preço do serviço é a taxa de agenciamento, não o seu preço total. Contra-razões de fls. 22/23, pelo Improvimento dos presentes embargos. Autos conclusos. Feito o breve relato, passo a decidir monocraticamente, considerando o teor do art. 25-A, II, "d" do

~

R-1
35

RITJPE, que limita a competência das 7ª e 8ª Câmaras ao julgamento de embargos de declaração interpostos, unicamente, em face de seus acórdãos. De início, cabe mencionar que a empresa de trabalho temporário atua como mera agenciadora de mão de obra, autorizada pela lei a fornecer mão-de-obra aos tomadores de serviços, desde que presentes as situações previstas no art. 2º da Lei nº 6.019/74. Assim, de acordo com a Lei nº 6.019/74, em seu art. 2º: Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por uma pessoa física a uma empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimos extraordinários de serviços. Essas empresas de intermediação de força de trabalho temporária recolhem o ISS sobre a taxa de agenciamento, que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e receita, excluídas as importâncias voltadas para o pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores, como ocorre na espécie. Outro não é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, consoante aresto adiante ementado: TRIBUTÁRIO – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – ISS – BASE DE CÁLCULO – EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA – CONCLUSÃO QUE DEVE SER LEVADA A TERMO A PARTIR DO EXAME DA ATIVIDADE PRESTADA PELA EMPRESA – ENTENDIMENTO REVISTO PELA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp 613.709/PR (rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 17/11/2007), firmou o entendimento de que a base de cálculo do ISS cobrado de prestadoras de serviço de agenciamento de mão-de-obra corresponde à comissão cobrada pela empresa. 2. Posição revista pela Primeira Turma do STJ no julgamento do Resp 920.665/RS (rel. Min. LUIZ FUX, DJ 17/12/2008), oportunidade em que restou aplicado o raciocínio de que a base de cálculo do ISS deve ser definida a partir do exame do serviço efetivamente prestado pela empresa. 3. Posicionamento atual que se coaduna com entendimento externado em voto-vista por mim proferido no EREsp 613.709/PR, ocasião em que defendi a tese de que torna-se necessário, para fins de enquadramento legal tributário da agenciadora de mão-de-obra, examinar as circunstâncias fáticas do serviço prestado pela empresa. 4. Situação dos autos na qual restou definido pela instância ordinária que a empresa não se limita a realizar a intermediação entre o contratante da mão-de-obra e o trabalhador, sendo responsável pelo pagamento do salário e demais encargos sociais, razão pela qual demonstra-se legítima a incidência do ISS sobre o valor integral do serviço prestado pela recorrente. 5. Embargos de divergência conhecidos e não providos (EResp 1060672/SP, S1, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 18/12/2009). Desta feita, em virtude de a empresa embargada, aparentemente, manter a condição de mera agenciadora de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 6.019/74, o crédito tributário referente ao ISS deve incidir apenas sobre a taxa de agenciamento. Assim, diante de todo o exposto e por não vislumbrar contradição na decisão aclarada, nego provimento aos presentes aclaratórios. P. e I. Recife, 26 de fevereiro de 2010. Des. Ricardo Paes Barreto. Relator.

A empresa de trabalho temporário atua como mera agenciadora de mão de obra, autorizada pela lei a fornecer mão-de-obra aos tomadores de serviços, desde que presentes as situações previstas no art. 2º da Lei nº 6.019/74.

Assim, de acordo com a Lei nº 6.019/74, em seu art. 2º:

Art. 2º Trabalho temporário é aquele prestado por uma pessoa física a uma empresa, para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimos extraordinários de serviços.

Essas empresas de intermediação de força de trabalho temporária recolhem o ISS sobre a taxa de agenciamento, que é o preço do serviço pago ao agenciador, sua comissão e receita, excluídas as importâncias voltadas para o

172 36 C
pagamento dos salários e encargos sociais dos trabalhadores, como ocorre na espécie.

Outro não é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, consoante aresto adiante ementado:

TRIBUTÁRIO – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA – ISS – BASE DE CÁLCULO – EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA – CONCLUSÃO QUE DEVE SER LEVADA A TERMO A PARTIR DO EXAME DA ATIVIDADE PRESTADA PELA EMPRESA – ENTENDIMENTO REVISTO PELA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp 613.709/PR (rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 17/11/2007), firmou o entendimento de que a base de cálculo do ISS cobrado de prestadoras de serviço de agenciamento de mão-de-obra corresponde à comissão cobrada pela empresa. 2. Posição revista pela Primeira Turma do STJ no julgamento do Resp 920.665/RS (rel. Min. LUIZ FUX, DJ 17/12/2008), oportunidade em que restou aplicado o raciocínio de que a base de cálculo do ISS deve ser definida a partir do exame do serviço efetivamente prestado pela empresa. 3. Posicionamento atual que se coaduna com entendimento externado em voto-vista por mim proferido no EREsp 613.709/PR, ocasião em que defendi a tese de que torna-se necessário, para fins de enquadramento legal tributário da agenciadora de mão-de-obra, examinar as circunstâncias fáticas do serviço prestado pela empresa. 4. Situação dos autos na qual restou definido pela instância ordinária que a empresa não se limita a realizar a intermediação entre o contratante da mão-de-obra e o trabalhador, sendo responsável pelo pagamento do salário e demais encargos sociais, razão pela qual demonstra-se legítima a incidência do ISS sobre o valor integral do serviço prestado pela recorrente. 5. Embargos de divergência conhecidos e não providos (EResp 1060672/SP, S1, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 18/12/2009).

Isto posto, neste juízo de cognição sumária, em face de a empresa agravada manter a condição de mera agenciadora de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 6.019/74, o crédito tributário referente ao ISS devê incidir apenas sobre a taxa de agenciamento, motivo pelo qual mostram-se presentes a fumaça do bom direito e o perigo da demora, aptos a ensejar o manuseio do mandado de segurança e a manutenção da decisão de primeiro grau.

Diante de todo o exposto, nego provimento ao presente integrativo.

É como voto.

Recife, 20 de maio de 2010


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator